

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.362.478 - RS (2018/0236059-9)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**AGRAVANTE : FARINA S/A COMPONENTES AUTOMOTIVOS**  
**ADVOGADOS : MARCELO BAGGIO E OUTRO(S) - RS056541**  
**AQUILES E SILVA MACIEL - RS109422**  
**AGRAVADO : BANCO SAFRA S A**  
**ADVOGADOS : RAFAEL DE OLIVEIRA GUIMARÃES - PR035979**  
**HENRIQUE CAVALHEIRO RICCI - PR035939**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo (art. 1042 do CPC/15), interposto por **FARINA S/A COMPONENTES AUTOMOTIVOS - em recuperação judicial**, contra decisão que não admitiu recurso especial (fls. 3087/3094 e-STJ).

O apelo nobre, amparado no art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, desafia acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado (fl. 2988, e-STJ):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CRÉDITOS GARANTIDOS POR CESSÃO FIDUCIÁRIA E ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. REGISTRO. RETORNO DO STJ. NOVO JULGAMENTO.

1. Decisão que tem por finalidade assegurar a possibilidade de superação da situação de crise econômico-financeira da agravada, permitindo a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica. Manutenção da decisão recorrida.
  2. Os contratos comprovadamente registrados, tratando-se de crédito extraconcursal - cédulas de crédito bancário com garantia de alienação fiduciária de coisa fungível - não se submetem ao Juízo da recuperação, devendo ser mantidas as condições contratuais.
  3. Tratando-se de crédito bancário com garantia de cessão fiduciária, independentemente de registro, não há submissão ao Juízo da recuperação. Precedentes desta Corte e do e-STJ. Entendimento revisto.
  4. Por consequência, impõe-se o afastamento da determinação de depósito, devolução de valores e aplicação de multa.
- RECURSO PROVIDO, EM NOVO JULGAMENTO.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 3027/3031, e-STJ).

Na origem, a demanda proposta versa agravo de instrumento visando retirar dos efeitos da recuperação judicial os créditos garantidos por cessão fiduciária. O Tribunal *a quo* deu provimento ao recurso, a fim de declarar como extraconcursais os créditos decorrentes das cédulas de crédito bancário ns. 1416332, 1417690, 1438077, 1439031, 1459121 e 1459147, assim como para afastar a determinação de depósito e devolução dos respectivos

valores.

Em suas razões de recurso especial, a recorrente, ora agravante, aponta ofensa aos artigos 1.040, II, do CPC/15 e 33 da Lei 10.931/04. Sustenta, em síntese, i) o entendimento jurisprudencial acerca da desnecessidade do registro de garantia fiduciária não pode ser aplicado retroativamente; e, por fim ii) a descrição e a individualização não foram observadas nos contratos nº 001459174 e nº 001459121, razão pela qual não deve ser considerada constituída a garantia de cessão fiduciária.

Contrarrazões às fls. 3078/3084, e-STJ.

Em juízo de admissibilidade, negou-se o processamento do apelo especial, sob argumento de inexistir negativa a prestação jurisdicional, bem como incidir a súmula 283 do STF.

Daí o presente agravo (fls. 3100/3109, e-STJ), buscando destrancar o processamento daquela insurgência, no qual a recorrente objetiva refutar os óbices aplicados pela Corte estadual.

Contraminuta às fls. 3123/3130, e-STJ.

Parecer ministerial às fls. 3168/3172, e-STJ.

É o relatório.

Decide-se.

O inconformismo **não merece** prosperar.

1. No que respeita à alegada violação do art. 1.040, II, do CPC/15, verifica-se a incompatibilidade da fundamentação recursal com o dispositivo apontado como violado e, não tendo sido alegada violação à norma com carga normativa suficiente para alterar o julgado, incide o óbice da Súmula 284/STF.

Neste sentido: **AgInt no AREsp 1091409/BA**, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 22/03/2018, DJe 02/04/2018; **AgRg no AgRg no REsp 1230609/PR**, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 17/09/2013, DJe 02/10/2013.

2. Na hipótese, o Tribunal local consignou que o novo julgamento ocorreu em virtude da determinação expressa do Superior Tribunal de Justiça (fl. 3029, e-STJ):

**"[...] o novo julgamento ocorreu em observância à determinação expressa do Superior tribunal de Justiça - pelo que descabe falar em impossibilidade de aplicação retroativa de precedentes -, bem como porque, conforme reconhecida pela própria embargante, nos contratos ns. 001459147 e 001459121 consta a especificação da garantia: duplicatas, descabendo, pois, falar em ofensa ao art. 489, §1º, IV, do CPC e art. 33 da Lei n. 10.931/04."**

Contudo, malgrado o esforço argumentativo, a parte recorrente não logrou infirmar nas razões do especial o referido fundamento, insistindo na irretroatividade dos precedentes, de modo que a pretensão reformatória encontra obstáculo na Súmula 283 do STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles".

A propósito:

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO NA VIGÊNCIA DO CPC/73. ATO ATENTATÓRIO À DIGNIDADE DA JUSTIÇA. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 165, 458 E 535 DO CPC. OMISSÃO, FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO E/OU NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. ATO ATENTATÓRIO À DIGNIDADE DA JUSTIÇA. MULTA. AFASTAMENTO. REEXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. INVIABILIDADE. SÚMULA Nº 7 DO STJ. ADVERTÊNCIA PRÉVIA. DESNECESSIDADE. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO A FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO. SÚMULA Nº 283 DO STF.

(...)

**5. A ausência de impugnação, nas razões do recurso especial, a fundamento autônomo do acórdão recorrido atrai o óbice da Súmula nº 283 do STF, segundo a qual: É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.**

(...)

7. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 711.672/DF, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 06/03/2018, DJe 09/03/2018)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA Nº 7/STJ. FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO PROFERIDO NA ORIGEM. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO. SÚMULA Nº 283/STF.

(...)

**3. A ausência de impugnação dos fundamentos do aresto recorrido enseja a incidência, por analogia, da Súmula nº 283 do Supremo Tribunal Federal.**

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1583954/PR, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/10/2016, DJe 10/11/2016)

**3.** Do exposto, com fundamento no art. 932 do NCPC c/c a súmula 568/STJ, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator